REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA MULHERES LÉSBICAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

FAMILY VIOLENCE AGAINST LESBIAN WOMEN: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

VIOLENCIA FAMILIAR CONTRA MUJERES LESBIANAS: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA

Débora Bastos da Silva[1], Socorro Taynara Araújo Carvalho[2], José Antônio dos Santos Filho[3], Francisca Bruna Pereira Farias[4], Jackson Matos de Sousa [5], Denise Geovana Bezerra de Amorim[6]

e747698
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i4.7698

PUBLICADO: 04/2026

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o que a literatura científica aborda sobre a violência familiar contra mulheres lésbicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, do tipo Revisão Integrativa da Literatura, com abordagem descritiva. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, BDTD, LILACS e PePSIC, utilizando os descritores “violência”, “família” e “lésbicas”, combinados pelo operador booleano AND. Foram incluídos estudos publicados entre 2015 e 2025, em português, disponíveis na íntegra e relacionados à temática. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi composta por cinco estudos. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a violência familiar contra mulheres lésbicas está relacionada à manutenção de estruturas cis-heteropatriarcais, que normatizam papéis de gênero e sexualidade. Identificaram-se três categorias analíticas: a família como lócus de controle, heteronormatividade e violência; invisibilidade, silenciamento e interseccionalidade nas vivências lésbicas; e resistências, redes de apoio e reconstrução de vínculos afetivos. As principais formas de violência incluem agressões psicológicas, rejeição, expulsão do lar, vigilância e apagamento identitário, com impactos na saúde mental e na autonomia dessas mulheres. Observou-se a escassez de estudos sobre a temática, evidenciando lacunas na produção científica e na atuação da Psicologia. Destaca-se a necessidade de ampliação de pesquisas, bem como de políticas públicas e práticas institucionais que considerem as especificidades das vivências lésbicas, especialmente sob a perspectiva interseccional.

PALAVRAS-CHAVE: Violência famíliar. Lesbofobia. interseccionalidade;

ABSTRACT

This study aimed to analyze what the scientific literature addresses regarding family violence against lesbian women. It is a qualitative, bibliographic study, based on an Integrative Literature Review, with a descriptive approach. The search was conducted in the databases SciELO, BDTD, LILACS, and PePSIC, using the descriptors “violence,” “family,” and “lesbians,” combined with the Boolean operator AND. Studies published between 2015 and 2025, in Portuguese, available in full text and related to the theme, were included. After applying the inclusion and exclusion criteria, the

[1] Graduanda em Psicologia na Faculdade de Educação da Ibiapaba-FAEDI. Ipu, Ceará, Brasil.
[2] Centro Universitário Inta – UNINTA.
[3] Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza, Ceará, Brasil.
[4] Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Sobral, Ceará, Brasil.
[5] Faculdade de Educação da Ibiapaba- FAEDI.
[6] Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza, Ceará, Brasil.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

final sample consisted of five studies. Data were analyzed using content analysis. The results indicate that family violence against lesbian women is associated with the maintenance of cis-heteropatriarchal structures that regulate gender roles and sexuality. Three analytical categories were identified: the family as a locus of control, heteronormativity, and violence; invisibility, silencing, and intersectionality in lesbian experiences; and resistance, support networks, and the reconstruction of affective bonds. The main forms of violence include psychological aggression, rejection, expulsion from home, surveillance, and identity erasure, with impacts on mental health and autonomy. A scarcity of studies on the topic was observed, revealing gaps in scientific production and in the field of Psychology. The need to expand research, as well as public policies and institutional practices that consider the specificities of lesbian experiences, especially from an intersectional perspective, is emphasized.

KEYWORDS: *Family violence. Lesbofobia. intersectionality.*

RESUMEN
Este estudio tuvo como objetivo analizar lo que la literatura científica aborda sobre la violencia familiar contra mujeres lesbianas. Se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica, del tipo Revisión Integrativa de la Literatura, con enfoque descriptivo. La búsqueda se realizó en las bases de datos SciELO, BDTD, LILACS y PePSIC, utilizando los descriptores "violencia", "familia" y "lesbianas", combinados con el operador booleano AND. Se incluyeron estudios publicados entre 2015 y 2025, en portugués, disponibles en texto completo y relacionados con la temática. Tras la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión, la muestra final estuvo compuesta por cinco estudios. Los datos fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados evidencian que la violencia familiar contra mujeres lesbianas está relacionada con el mantenimiento de estructuras cis-heteropatriarcales que normativizan los roles de género y la sexualidad. Se identificaron tres categorías analíticas: la familia como locus de control, heteronormatividad y violencia; invisibilidad, silenciamiento e interseccionalidad en las vivencias lésbicas; y resistencias, redes de apoyo y reconstrucción de vínculos afectivos. Las principales formas de violencia incluyen agresiones psicológicas, rechazo, expulsión del hogar, vigilancia y borramiento identitario, con impactos en la salud mental y la autonomía de estas mujeres. Se observó una escasez de estudios sobre la temática, evidenciando vacíos en la producción científica y en el campo de la Psicología. Se destaca la necesidad de ampliar las investigaciones, así como las políticas públicas y las prácticas institucionales que consideren las especificidades de las vivencias lésbicas, especialmente desde una perspectiva interseccional.

PALABRAS CLAVE*: Violencia familiar. Lesbofobia. interseccionalidad.*

INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres configura-se como um fenômeno multifacetado, atravessado por fatores sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos. Suas manifestações incluem formas física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, expressando-se por meio de práticas como assédio, estupro, agressões e feminicídio (Cortes, 2014). Entre as diversas formas de violação de direitos, destaca-se a Lesbofobia, entendida como uma forma específica de violência direcionada a mulheres lésbicas.

No contexto das diversidades que compõem a população LGBTQIA+, este estudo concentra-se nas experiências de mulheres lésbicas, considerando as especificidades das violências que as atravessam em razão de sua orientação sexual. A Lesbofobia pode ser

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

compreendida como a aversão, o preconceito e a discriminação dirigidos a mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres, manifestando-se, com frequência, no âmbito familiar. Nesse contexto, são recorrentes situações de rejeição, agressões e expulsão do ambiente doméstico (Santos, 2014).

Embora o termo homofobia seja amplamente utilizado, opta-se, neste estudo, pelo uso de "Lesbofobia", a fim de conferir visibilidade às experiências específicas de mulheres lésbicas (Borrillo, 2009). Essa escolha contribui para a problematização das formas particulares de violência que incidem sobre esse grupo.

A compreensão dessas violências exige a análise das estruturas sociais que sustentam desigualdades de gênero. Nesse sentido, autores como Saffioti (2015) e Pinto (2020) destacam que os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, especialmente no âmbito familiar, contribuem para a manutenção de relações desiguais e para a reprodução da violência. Tais papéis estão inseridos em um sistema mais amplo, frequentemente denominado cis-heteropatriarcal, que organiza relações sociais a partir da valorização de identidades cisgêneras, heterossexuais e masculinas.

Esse sistema estrutura normas que regulam identidades e comportamentos, como a cisnormatividade que pressupõe a correspondência entre sexo atribuído ao nascimento e identidade de gênero e a heteronormatividade, que estabelece a heterossexualidade como padrão social dominante (Costa, 2024; Mello, 2012). Tais normativas produzem processos de exclusão e marginalização de sujeitos que não se conformam a esses padrões.

No âmbito familiar, essas normas são frequentemente reforçadas por discursos morais e religiosos, que legitimam a heterossexualidade como modelo ideal de organização social. Nesse contexto, a homossexualidade pode ser percebida como uma ameaça à estrutura familiar tradicional, historicamente associada à reprodução, à divisão sexual do trabalho e à hierarquização de papéis de gênero (Fayad, 2017; Braga, 2022).

Historicamente, a homossexualidade também foi patologizada, sendo incluída em manuais diagnósticos, como o DSM, o que contribuiu para a legitimação de práticas discriminatórias e violentas (Caponi, 2014). Essa perspectiva evidencia como discursos científicos e institucionais podem atuar na produção e manutenção de desigualdades.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, compreende-se que a sexualidade opera como um dispositivo de poder, por meio do qual normas sociais são produzidas e internalizadas, regulando corpos e subjetividades (Foucault, 1988). Nesse sentido, as experiências de mulheres lésbicas devem ser analisadas considerando os mecanismos sociais que produzem e legitimam formas de controle e exclusão.

No contexto brasileiro, dados recentes indicam elevados índices de violência contra pessoas LGBTQIA+, embora marcados por subnotificação. O Dossiê do Observatório de Mortes e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Violências LGBTI+ (2023) aponta a ocorrência de mortes violentas e suicídios, evidenciando a vulnerabilidade dessa população. Ainda que mulheres lésbicas apresentem menor incidência de homicídios em comparação a outros grupos, isso não implica menor exposição a outras formas de violência, especialmente no âmbito simbólico, psicológico e institucional (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023).

As violências que atingem mulheres lésbicas manifestam-se de forma interseccional, articulando-se a marcadores como raça e classe social. Entre essas violências, destacam-se práticas como o assédio, a discriminação e os chamados “estupros corretivos”, além da negação de acesso a serviços de saúde adequados (Rocha; Souza; Franco, 2021).

No contexto familiar, tais violências assumem contornos específicos. O espaço doméstico, frequentemente idealizado como ambiente de proteção, pode tornar-se um local de controle, silenciamento e exclusão. Mulheres lésbicas podem vivenciar rejeição, negação de sua identidade e ruptura de vínculos afetivos, com impactos significativos em sua saúde mental e em seus processos de autonomia (Santos, 2019).

Além disso, a imposição de normas heteronormativas contribui para a produção de trajetórias marcadas por sofrimento psíquico, especialmente em processos de revelação da orientação sexual. O medo da rejeição familiar e social pode gerar conflitos internos e dificultar o reconhecimento e a afirmação da identidade (Nascimento, 2018; Barsted, 2016).

Diante desse cenário, a violência familiar contra mulheres lésbicas configura-se como um fenômeno complexo, que envolve dimensões estruturais, culturais e subjetivas. A presença de práticas de vigilância, coerção e silenciamento, muitas vezes justificadas por discursos moralizantes, compromete o desenvolvimento da autoestima, a construção da identidade e o fortalecimento de vínculos afetivos (Ribeira, 2022).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo compreender o que a literatura apresenta sobre a violência contra mulheres lésbicas no contexto familiar, buscando contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção de direitos e ao enfrentamento das violências.

2. MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, do tipo Revisão Integrativa da Literatura (RIL), com abordagem descritiva. Esse método permite a síntese e a análise de resultados de estudos previamente publicados, possibilitando uma compreensão ampliada do fenômeno investigado (Souza, 2010).

A investigação foi orientada pela seguinte questão norteadora: “o que a literatura aborda sobre violência familiar contra mulheres lésbicas?”. A partir dessa questão, foram definidas as

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

etapas do estudo: identificação do problema, busca na literatura, seleção dos estudos, análise dos dados e síntese dos resultados.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Para a recuperação das produções, foram utilizados descritores controlados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados por meio do operador booleano AND. As estratégias de busca incluíram as combinações: “violência” AND “família” AND “lésbicas”, bem como seus correspondentes em língua inglesa: “violence” AND “family” AND “lesbian women”.

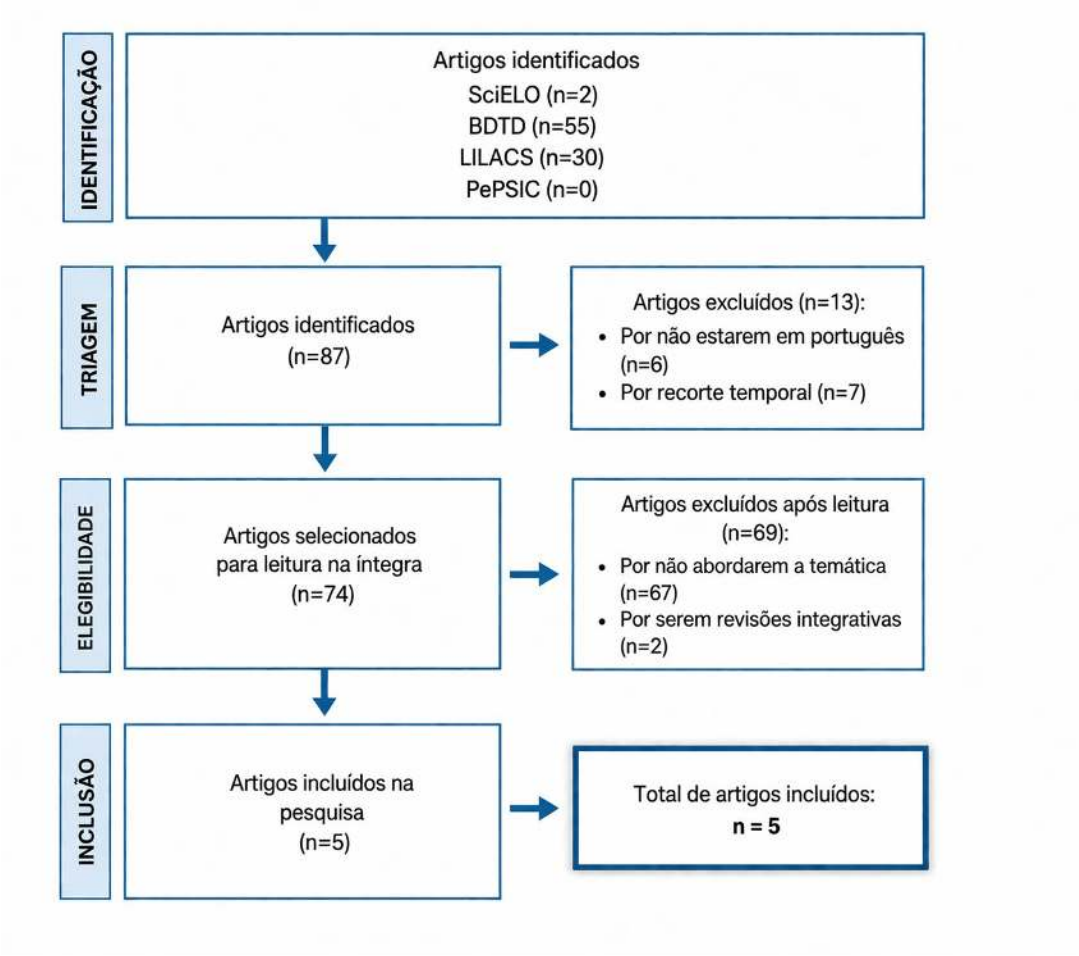
Foram adotados como critérios de inclusão: (a) estudos publicados em língua portuguesa, considerando o contexto brasileiro; (b) produções disponíveis na íntegra; (c) publicações no período de 2015 a 2025; e (d) estudos que abordassem diretamente a temática da violência familiar contra mulheres lésbicas. Como critérios de exclusão, foram considerados: (a) estudos duplicados; (b) produções que não dialogassem diretamente com o objeto de estudo; e (c) revisões de literatura, por não apresentarem dados empíricos primários, não se alinhando ao objetivo desta investigação.

A busca inicial resultou em 87 estudos, distribuídos entre as bases consultadas. Após a leitura dos títulos e resumos, foram excluídos estudos que não atendiam aos critérios estabelecidos. Na etapa de leitura na íntegra, foram excluídos trabalhos que não abordavam diretamente a temática proposta ou que não se enquadravam nos critérios metodológicos definidos. Ao final do processo de seleção, foram incluídos 5 estudos, sendo três teses e dois artigos científicos.

Destaca-se que o número reduzido de estudos selecionados aponta a escassez de produções científicas específicas sobre a temática investigada, configurando-se como uma limitação da revisão. Contudo, tal aspecto também reforça a relevância do presente estudo ao evidenciar lacunas na produção do conhecimento. O processo de seleção dos estudos foi sistematizado por meio de fluxograma (Figura 1), contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. Fluxograma do levantamento dos artigos nas bases de dados



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que permite a organização e interpretação sistemática dos materiais. Os estudos incluídos foram analisados considerando seus objetivos, delineamentos metodológicos, principais resultados e limitações, possibilitando uma apreciação crítica do nível de evidência disponível. A análise foi desenvolvida em três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização do *córpus*; (2) exploração do material, com definição de categorias temáticas; e (3) tratamento dos resultados e interpretação, articulando os achados ao referencial teórico adotado (Bardin, 1977). Esse procedimento possibilitou a identificação de padrões, convergências e divergências entre os estudos analisados.

No que se refere aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa. Ainda assim, o estudo respeita os princípios éticos relacionados à diversidade sexual e de gênero,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fundamentando-se no compromisso com a dignidade humana, a não discriminação e o respeito às identidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro 1 está uma breve apresentação com os artigos selecionados para esta análise, detalhando título, objetivo, periódico, ano e autores. É importante salientar que, durante a pesquisa nas bases de dados, foi perceptível uma lacuna em textos que abordassem especificamente a temática solicitada. Embora tenham sido encontrados artigos de temáticas variadas, poucos se dedicaram diretamente ao foco deste trabalho. Essa dificuldade em encontrar material evidencia a carência de pesquisas que explorem mais a fundo essa questão, reforçando a necessidade de que essa temática seja mais debatida.

Quadro 1. Artigos selecionados para análise de dados

Título	Objetivo	Tipos de trabalhos	Ano	Autores
Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo.	Analisar as experiências de adolescentes e jovens gays e lésbicas no processo de revelação da orientação sexual às suas famílias.	Artigo Científico	2017	Braga *et al*.
Eu não sou uma mulher: perspectivas lésbicas sobre a família estrutural a partir dos estudos críticos do discurso.	O objetivo geral foi investigar, através desses relatos e narrativas, a configuração do discurso sobre a família estrutural, também chamada de tradicional, considerando a (re)produção de violências contra elas, suas feminilidades, transfeminilidades e masculinidades, e o universo do feminino do qual participam.	Tese	2024	Costa
A fenomênica do espaço presente nas violências: homofobia familiar e existência lésbica.	O foco está na questão lésbica e nas experiências dessas mulheres com a violência homofóbica, tendo como ênfase o contexto doméstico-familiar.	Tese	2024	Oliveira
Lesbofobia familiar: relatos e resistências.	A partir dos relatos colhidos nas entrevistas semiestruturadas buscou analisar as principais características da Lesbofobia familiar e suas consequências na vida das mulheres que vivenciam este problema.	Tese	2021	Santos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais.	Objetivo principal apresentar os elementos básicos da terapia familiar afirmativa, um modelo para trabalhar com famílias com membros LGBT, de forma a desenvolver intervenções culturalmente sensíveis, empáticas e respeitosas em relação à diversidade sexual. Num primeiro momento, descreve-se o panorama da despatologização da homossexualidade. A seguir, apresenta-se o modelo conceitual do preconceito e estresse de minoria, útil para a compreensão dos impactos da violência na saúde mental de pessoas LGBT.	Artigo Científico	2020	Leite *et al.*

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Diante da análise que compõe o *corpus* desta revisão integrativa, destacaram-se três categorias analíticas que orientaram a interpretação dos dados: (1) a família como lócus de controle, heteronormatividade e violência; (2) invisibilidade, silenciamento e interseccionalidade nas vivências lésbicas; e (3) resistências, redes de apoio e reconstrução de vínculos afetivos. A seguir, apresenta-se uma discussão acerca dessas categorias, buscando articular os achados dos estudos analisados e aprofundar a compreensão das experiências de mulheres lésbicas e das formas de produção de violências, apagamentos e resistências presentes em seus itinerários afetivos e familiares.

3.1. A família como *lócus* de controle, heteronormatividade e violência

A família, enquanto instituição social e discursiva, configura-se historicamente como um dos principais dispositivos de reprodução da ordem cis-heteropatriarcal, operando na regulação das expressões de gênero e sexualidade. O modelo de família denominado “tradicional” associa-se a uma estrutura cis-heteropatriarcal, monogâmica e de base cristã, cuja função ultrapassa a organização afetiva, articulando-se à manutenção da propriedade, da herança e da reprodução do sistema capitalista moderno-colonial (Costa, 2024).

Nesse contexto, a heterossexualidade compulsória impõe-se como norma social e moral, funcionando como mecanismo de disciplinamento que naturaliza papéis de gênero e submete sujeitos dissidentes a processos de exclusão, invisibilização e violência. Essa normatividade não se sustenta apenas nas relações cotidianas, mas é reforçada por instituições historicamente legitimadas, como a religião, o Estado e a própria ciência.

A religião, em particular, ocupa papel central na normatização das relações afetivo-sexuais ao definir padrões considerados legítimos de conjugalidade e família. Conforme argumenta Foucault (1988), os dispositivos de poder operam na regulação dos corpos e dos desejos, produzindo subjetividades alinhadas às normas sociais. Nesse sentido, mulheres lésbicas são frequentemente posicionadas como ameaça à ordem social, por subverterem o ideal de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

feminilidade associado à heterossexualidade, à maternidade compulsória e à submissão ao homem (Santos, 2021).

A consolidação histórica do modelo de família nuclear burguesa instituiu uma divisão sexual rígida dos papéis sociais, atribuindo às mulheres o cuidado doméstico e aos homens a provisão material. Tal organização reforça hierarquias de gênero e sustenta práticas de controle sobre a sexualidade feminina, especialmente quando dissidente (Santos, 2021).

Dessa forma, a experiência lésbica emerge como dissidência que tensiona a lógica heteronormativa, desestabilizando o princípio da complementaridade de gênero que estrutura a família hegemônica. A família, nesse cenário, atua como instância reguladora das práticas afetivo-sexuais, legitimando mecanismos de controle sobre corpos e desejos não conformes (Leite *et al*., 2020).

Estudos indicam que o ambiente familiar pode assumir simultaneamente funções de apoio e de violência. Jovens LGBTQIA+ frequentemente relatam experiências de repressão, vigilância, punição e, em casos extremos, expulsão do lar, evidenciando a ambivalência dessa instituição (Braga *et al*., 2017). Tais práticas configuram formas de violência simbólica e psicológica que impactam profundamente o desenvolvimento subjetivo.

Dados recentes reforçam a centralidade da família como espaço de violência. O 1º Lesbocenso Nacional (2022) aponta que 78,61% das mulheres lésbicas já vivenciaram algum tipo de violência, sendo que 75,13% dos casos foram perpetrados por pessoas próximas, muitas delas familiares (Costa, 2024). Esses dados evidenciam a dimensão estrutural da Lesbofobia no contexto doméstico. Além disso, a exclusão familiar reverbera em outros espaços sociais, como a escola, contribuindo para evasão escolar e vulnerabilização social. A articulação entre violência familiar e exclusão institucional evidencia a necessidade de compreender o fenômeno de forma sistêmica e não isolada (Braga *et al*., 2017).

Assim, a família não pode ser compreendida apenas como espaço de proteção, mas também como lócus privilegiado de disciplinamento, controle e violência. Ao articular moral religiosa, heteronormatividade e patriarcado, contribui para a produção e reprodução da Lesbofobia, demandando análise crítica de seu papel nas dinâmicas de exclusão social.

3.2. Invisibilidade, silenciamento e interseccionalidade nas vivências lésbicas

A invisibilidade das mulheres lésbicas constitui um fenômeno estrutural que se manifesta pelo apagamento de suas experiências, demandas e existências nos diferentes espaços sociais. No contexto familiar, esse processo ocorre por meio do silenciamento, da negação identitária e da recusa em reconhecer vínculos afetivos, frequentemente acompanhados de práticas lesbofóbicas (Oliveira, 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

As violências no ambiente familiar operam tanto no plano material quanto simbólico, produzindo efeitos psicossociais significativos ao longo do ciclo de vida. Tais dinâmicas se sustentam por mecanismos subjetivos que mantêm o silêncio e dificultam a elaboração das experiências de violência, reforçando a normatividade heterossexual como regime de verdade (Braga *et al*., 2017).

Nesse cenário, observa-se que mulheres lésbicas tensionam a noção tradicional de família, ampliando seu significado para além dos laços biológicos e da lógica reprodutiva cisheteronormativa. Tal perspectiva evidencia a pluralidade das configurações familiares e desafia modelos excludentes historicamente naturalizados (Costa, 2024).

Entretanto, discursos políticos e religiosos conservadores continuam a atuar na restrição dessas possibilidades. O Projeto de Lei nº 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, ilustra a tentativa de institucionalizar um modelo único de família, baseado na união entre homem e mulher, deslegitimando outras formas de organização afetiva (Costa, 2024). Esses discursos produzem efeitos subjetivos, principalmente em jovens, que passam a internalizar sentimento de culpa, vergonha e inadequação. O processo de construção identitária, nesse contexto, torna-se atravessado por sofrimento psíquico, evidenciando a dimensão clínica dessas vivências (Leite *et al.,* 2020).

A análise interseccional permite compreender que tais experiências não são homogêneas. Mulheres lésbicas negras, por exemplo, vivenciam a sobreposição de múltiplas opressões, como racismo, sexismo e Lesbofobia que intensificam sua marginalização social (Akotirene, 2019; Santos, 2021). Esses atravessamentos produzem formas específicas de violência e invisibilidade, frequentemente negligenciadas tanto na produção acadêmica quanto nas políticas públicas (Leite *et al.,* 2020).

A escassez de estudos sobre lesbianidade evidencia a persistência desse apagamento no campo científico. Ainda que haja avanços, a produção acadêmica permanece limitada, o que dificulta a construção de análises mais robustas sobre as especificidades dessas experiências. O ambiente familiar, nesse contexto, configura-se como espaço privilegiado de reprodução dessas desigualdades. Práticas como silenciamento, controle comportamental, violência psicológica e expulsão do lar revelam a centralidade da família na produção de sofrimento psíquico e exclusão social (Oliveira, 2024).

Do ponto de vista clínico, tais experiências estão associadas ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e sentimento de não pertencimento. O silêncio imposto às vivências lésbicas atua como continuidade da violência, impedindo sua elaboração simbólica e aprofundando seus impactos subjetivos (Leite *et al.,* 2020; Ramos *et al.,* 2023).

Assim, a interseccionalidade constitui ferramenta analítica fundamental para compreender a complexidade dessas experiências, evidenciando como diferentes marcadores sociais operam

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de forma articulada na produção das desigualdades. A violência familiar, nesse sentido, deve ser compreendida como fenômeno estrutural, e não como questão individual ou privada (Akotirene, 2019).

3.3. Resistências, redes de apoio e reconstrução de vínculos afetivos

As experiências de violência e exclusão vivenciadas por mulheres lésbicas não se limitam à dimensão da vulnerabilidade, sendo também atravessadas por processos de resistência, organização coletiva e reconstrução de vínculos afetivos (Santos, 2021).

Historicamente, a construção de normas sociais e jurídicas esteve concentrada em espaços dominados por homens, o que contribuiu para a institucionalização de modelos familiares excludentes. Esses modelos, ao ignorarem a diversidade das experiências humanas, reforçam padrões cisheteropatriarcais que limitam formas alternativas de existência (Leite *et al*., 2020; Costa, 2024). Nesse contexto, movimentos sociais desempenham papel fundamental na produção de resistências. Os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALES), realizados desde 1996, constituem importante marco político, promovendo visibilidade, articulação coletiva e reconhecimento das especificidades da experiência lésbica no Brasil (Santos, 2021).

A articulação entre movimento lésbico e movimento negro evidencia a centralidade da interseccionalidade na luta por direitos, ao reconhecer que múltiplas opressões operam simultaneamente na produção das desigualdades (Costa, 2024). No campo das políticas públicas, avanços importantes podem ser identificados, como a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+ (2011), que busca ampliar o acesso e a qualidade do cuidado em saúde. No entanto, persistem lacunas especificamente no reconhecimento das particularidades das mulheres lésbicas, ainda pouco contempladas nas diretrizes institucionais (Santos, 2021).

Do ponto de vista histórico, a despatologização da homossexualidade representa marco relevante na redução do estigma, embora seus efeitos ainda sejam limitados diante da persistência de práticas discriminatórias nas instituições sociais. Nesse cenário, as redes de apoio assumem papel central. Assim, os profissionais da saúde, educação e assistência social podem atuar na mediação de conflitos familiares e no fortalecimento de vínculos, contribuindo para a redução dos impactos da violência (Braga *et al*., 2017).

Além disso, a noção de “família escolhida” emerge como estratégia fundamental de sobrevivência e pertencimento. Redes afetivas construídas fora do núcleo biológico oferecem suporte emocional, proteção e reconhecimento, especialmente diante da rejeição familiar. Nesse sentido, a ausência de apoio familiar está associada ao aumento do sofrimento psíquico, enquanto a presença de redes de apoio contribui para o fortalecimento da autoestima e da saúde mental (Braga *et al*., 2018).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Logo, novas configurações familiares baseadas no afeto e na solidariedade desafiam o modelo hegemônico e ampliam as possibilidades de existência. Os processos de resistência não se limitam ao enfrentamento direto da violência, mas envolve a construção de modos alternativos de viver, amar e pertencer. Ao transformar experiências individuais em ação coletiva, mulheres lésbicas produzem estratégias de enfrentamento que articulam cuidado, autonomia e afirmação identitária.

4. CONSIDERAÇÕES

Este estudo teve como objetivo compreender o que a literatura científica apresenta sobre a violência familiar contra mulheres lésbicas, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A análise dos estudos publicados entre 2015 e 2025 evidenciou que essas violências estão diretamente relacionadas a estruturas cis-heteropatriarcais que normatizam gênero e sexualidade, sustentando práticas de controle, exclusão e silenciamento.

Os achados indicam que o ambiente familiar, socialmente associado à proteção, pode se configurar como um espaço de produção de violências, manifestadas principalmente por meio de agressões psicológicas, rejeição, controle comportamental, expulsão do lar e apagamento identitário. Tais experiências produzem impactos significativos na saúde mental, na autonomia e na construção subjetiva dessas mulheres.

A análise também revelou lacunas importantes na produção científica, especialmente no que se refere às especificidades das vivências lésbicas atravessadas por marcadores como raça e classe, além da insuficiência de políticas públicas e práticas institucionais sensíveis a essas demandas. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar tanto a produção acadêmica quanto o desenvolvimento de estratégias intersetoriais de enfrentamento à violência.

Diante disso, destaca-se a importância de políticas e práticas que promovam acolhimento qualificado, inclusão e educação para a diversidade sexual no contexto familiar e institucional. Do mesmo modo, reforça-se a necessidade de investigações futuras, especialmente de natureza qualitativa, que adotem a interseccionalidade como eixo analítico central, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das experiências dessas mulheres.

Por fim, reafirma-se o compromisso ético da Psicologia com o enfrentamento da Lesbofobia, a promoção da saúde mental e a defesa da dignidade, da autonomia e da diversidade, reconhecendo as múltiplas formas de existência e resistência produzidas por mulheres lésbicas em contextos de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BARSTED, Leila Linhares. **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17–40.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. *In:* LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (org.). **Homofobia & educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

BRAGA, Iara Falleiros et al. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1220–1227, 2018.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, 2022. e20190082.

BRASIL. **Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11471.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Dossiê indica 273 mortes de LGBTIA+ no Brasil em 2022**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório de violência contra a mulher nos estados e no DF**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br. Acesso em: 1 maio 2025.

CAMPOS, Carmen Hein de; SEVERI, Fabiana Cristina. Violência contra mulheres e a crítica jurídica feminista. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 962–990, 2019.

CAPONI, Sandra. O DSM-V como dispositivo de segurança. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 741–763, 2014.

COSTA, Neila Priscila dos Santos. **Eu não sou uma mulher**. 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

FAYAD, Daphne de Castro; DARRIBA, Vinicius Anciães. Sobre o feminino e os transtornos da procriação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 656–672, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAS, Camila Amaral Moreno et al. Movimentos sociais e saúde LGBT na Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 29, 2024. e02222023.

GARCIA, Carla Cristina. Notas sobre a mulher na sociedade de classes. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. e76731.

LEITE, Madalena Ramiro Figueiredo Catelan. Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais. **Pensando Famílias,** v. 24, n. 1, p. 239–254, 2020.

MACHADO, Dinair Ferreira; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Interseções entre gênero e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5003–5012, 2021.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 197–207, 2012.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Revelação da homossexualidade na família. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1527–1541, 2018.

OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva. **A fenomênica do espaço presente nas violências**. 2024. 157 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

PATINO, Cecilia Maria; FERREIRA, Juliana Carvalho. Critérios de inclusão e exclusão. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 44, p. 84, 2018.

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. Apoio social e saúde mental. **Psico-USF**, v. 25, n. 3, p. 403–414, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Saffioti revisitada. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, 2020. e020026.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família e adolescência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247–256, 2007.

RAMOS, Emanuella Brito *et al*. Instrumentos de Avaliação de Risco à Saúde Mental Infanto-Juvenil. **Diálogos Interdisciplinares em Psiquiatria e Saúde Mental**, v. 1, p. 32-44, 2023.

ROCHA, Izabela Assis; SOUZA, Tatiana Machiavelli do Carmo; FRANCO, Mariana Neves. Violências contra mulheres lésbicas. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 1, p. 39–57, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos. **Lesbofobia familiar:** relatos e resistências. 2021. 108 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos; FREITAS, Rita; CEARÁ-SILVA, Glauber Lucas. Violência conjugal lésbica. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 124–141, 2019.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos; ARAÚJO, Bruna Pinheiro de; RABELLO, Luiza Rocha. Percepções de lésbicas e não lésbicas sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. **Bagoas,** v. 8, n. 11, 2014.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade.** São Paulo: UNESP, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102–106, 2010.

TABORDA, Jeferson Camargo; OLIVEIRA, Esmael Alves de. Narrativa de uma mãe e saída do armário. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 5, p. 113–123, 2024.

TOLEDO, Lívia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.